

A MARCA CRISTÃ NAS RELAÇÕES DE PODER EM BIZÂNCIO E A CRISE ICONOCLASTAⁱ

Caroline Coelho Fernandes

Introdução

Iniciada no século VIII em Bizâncio, a crise iconoclasta foi um fenômeno de extrema importância relacionado à vida religiosa e política do Império, que dividiu os principais poderes do mesmo, numa batalha na qual defendia-se por um lado a manutenção do culto dos ícones e por outro a proibição e rejeição a esses últimos. O Império dividiu-se, assim, em iconoclastasⁱⁱ, ou seja, aqueles que eram contrários às imagens e entre iconófilos, aqueles que defendiam a manutenção das mesmas.

Inicialmente, essa batalha contra os ícones surgiu como forma de purificar o cristianismo da idolatria daqueles que veneravam as imagens, visto que, estas eram consideradas o mais intenso veículo de transmissão da religião Ortodoxa, pois esses objetos eram apresentados como milagrosos e protetores do Império e da população bizantina. Porém, a partir de uma análise mais profunda do fenômeno, é possível atribuir as razões que levaram à eclosão da iconoclastia a outras esferas que vão muito além das razões religiosas.

Assim, nosso objetivo de uma forma geral é analisar as relações entre os principais poderes de Bizâncio – patriarcal, imperial e monacal – e sua influência na crise iconoclasta, procurando, assim, elencar as possíveis causas para o seu início e suas consequências para essa mescla de relações.

A constituição do poder no Oriente: a autocracia bizantina

Desde a ascensão do imperador Constantino no século IV e desde que o mesmo transformou a antiga cidade de Bizâncio na nova Roma, rebatizando-a a partir do seu próprio nome, como Constantinopla, os imperadores e a religião cristãⁱⁱⁱ passaram a compartilhar os mesmos cerimoniais. Segundo Philip Sherrard^{iv}, o ocorrido a Constantino não teria sido uma simples conversão, posto que, o mesmo era um imperador e havia recebido um sinal. Sendo assim, é possível concluir que tanto o imperador quanto toda estrutura imperial governada por ele, teriam sido escolhidos e consagrados por Deus. “O imperador e o império haviam

recebido uma benção divina e a partir de então achavam-se sob a proteção direta da Cruz” (PHILIP SHERRARD, 1970, p. 93)^v.

Assim, tais mudanças também ocorreram no que concerne à titulação do imperador e ao seu conceito, no qual o imperador passou a ser o soberano absoluto, o *autokrátor*, o *despótes*, o *basileus*, o *vice-rei de Deus* na terra:

Ao contacto do Oriente, ele se tornou o *autocrator*, o despotes, e, a partir do início do século VII, o *basileus*, isto é, o imperador por excelência, o senhor que dispõe de autoridade absoluta. Enfim, o cristianismo fez dele o eleito de Deus, o ungido do Senhor, o representante de Deus sobre a terra, seu lugar-tenente à frente dos exércitos, e, como se diziam em Bizâncio, o *isapóstolos*, o príncipe igual aos apóstolos. (DIEHL, 1961, p. 82)

Em relação a essa questão da titulatura, Celso Taveira^{vi} nos chama a atenção para sua importância, visto que a mesma era utilizada enquanto veículo de propaganda e em função da hierarquia que era rigidamente estabelecida em Bizâncio. Além disso, segundo o autor, a *titulatura* era vista também como um aspecto marcante referente à ideia de continuidade, alusiva aos romanos, já que, assim como os últimos, os imperadores bizantinos ao utilizarem também esses títulos, eram vistos enquanto representantes da tradição imperial romana.

1723

Segundo Previte-Orton^{vii}, a partir de sua ascensão, o imperador precisava passar por uma cerimônia solene, na qual era coroado, mostrando, assim, a base cristã do Império e o caráter religioso de sua autoridade, posto que religião e Estado estavam intrinsecamente ligados. Essa *fusão bizantina entre o temporal e o espiritual*^{viii} pode ser observada principalmente na influência imperial nos assuntos religiosos, pois os concílios da Igreja Ortodoxa eram convocados pelo imperador e não pelo patriarca de Constantinopla.

(...) Constantino, desde o dia que elegera o cristianismo como religião de estado, tomara o cuidado de dar ao governo imperial o direito de intervir em todos os negócios eclesiásticos, assegurando para si os meios de governar despoticamente a Igreja, tanto em relação às coisas como às pessoas. A autoridade do imperador em matéria de religião parecia, portanto, quase absoluta. O imperador convocava os concílios, onde se fazia representar por altos funcionários, quando não comparecia pessoalmente, ratificando as decisões dos padres, decisões essas que não tinham força de lei senão depois de sua ratificação. (DIEHL, 1961, p. 91)

Além da coroação do imperador e sua influência no que tange aos assuntos religiosos como forma de demonstrar o seu poder absoluto e divinizado, Kantorowicz chama a atenção para a ideia de “aura” como parte dessa assimilação do rei a Cristo. A auréola era utilizada

pelos bizantinos na representação de seus imperadores, mesmo após a queda do Império. A auréola designava que aquele que a usava, ou seja, o imperador, também podia ser venerado como um santo, “indicava o portador e executivo do poder perpétuo derivado de Deus e tornava o imperador a encarnação de algum tipo de ‘protótipo’ que, por ser imortal, era *sanctus*, não obstante o caráter pessoal, ou mesmo o sexo de seu constituente”. (KANTOROWICZ, 2000, p. 68). Ou seja, indicava uma mudança no que diz respeito à natureza do tempo: aquele que trajava a auréola era imortal.

Porém, Celso Taveira nos atenta para a questão do caráter sacerdotal ou não do imperador bizantino, pauta relevante nos debates da historiografia, principalmente no que concerne à palavra *cesaropapismo*^{6x}. Segundo o autor “é, pois, partindo da noção de teocracia que se pode compreender o problema do cesaropapismo. Uma sociedade que Deus dirige e tudo decide, fazendo conhecer a todos sua vontade, é uma sociedade regida pelo governo teocrático.” (TAVEIRA, 2002, pág. 292)

Dessa forma, Taveira ressalta que em Bizâncio também nunca se negou a distinção entre o temporal e o espiritual, e, também, nunca se permitiu que um imperador pudesse ser ou se intitulasse um sacerdote, pois “(...) os autocratas que se arriscaram a pretender sê-lo foram considerados heréticos e os que interferiram nos direitos da Igreja ou se apropriaram de seus bens foram denunciados como ímpios” (TAVEIRA, 2002, pág. 300). Segundo o autor, se de um lado os imperadores bizantinos podiam interferir em assuntos religiosos, como convocação de concílios, por outro, poderiam ser excomungados pelo patriarca.

Isso mostra que por mais importante e absoluto que fosse o poder imperial e sua influência na Igreja, esta ainda era representada pela figura do patriarca de Constantinopla, que era escolhido pelo próprio imperador e podia também ser destituído do seu cargo pelo mesmo. No decorrer da crise iconoclasta isso pode ser visto rotineiramente, posto que, os imperadores do período, independente do partido que se encontravam (iconoclasta ou iconófilo), precisavam contar com um homem de confiança para ocupar o maior cargo da Igreja Ortodoxa para, assim, conseguir seus objetivos. No início do iconoclasmo, por exemplo, Leão III destituiu o patriarca Germano I (715-730) do cargo em prol do patriarca Anastácio (730-754) que compartilhava das mesmas convicções do imperador.

Assim, abaixo do patriarca haviam ainda os bispos, arcebispos os párocos e os monges, sendo o monacato bizantino um importante setor religioso durante o período iconoclasta, devido à sua independência em relação ao poder da Igreja e também do poder imperial, e sua influência

não só nas discussões teológicas como também nos assuntos políticos e sociais. Esse poder e influência dos monges levaram a diversos conflitos entre os mesmos e os imperadores iconoclastas, já que o setor monástico foi o que combateu de forma mais enérgica o movimento iconoclasta, através dos tratados teológicos em defesa das imagens escritos pelos monges João Damasceno e Teodoro Studita.

Neste sentido, após analisar a constituição do modelo autocrático bizantino, é possível perceber suas similitudes frente ao modelo ocidental, principalmente o que concerne à continuidade da tradição, e a importância da Igreja frente ao poder imperial e a forma deste último administrar o Império, posto que, Igreja e Estado eram indissociáveis em Bizâncio. Assim, veremos no próximo tópico, como esse modelo autocrático influenciou no desencadeamento da crise iconoclasta no Império Bizantino, no século VIII, visto que, a iconoclastia não somente abalou as relações entre os principais poderes dentro do Império, mas, também, as relações entre Constantinopla e Roma.

A autocracia bizantina e sua influência na crise iconoclasta

1725

Antes de analisarmos as influências que a autocracia bizantina teve na eclosão da crise iconoclasta, é preciso, primeiramente, definir o que foi a mesma. Iniciada em 726 com o imperador isaúrico Leão III (717-741), a iconoclastia foi uma batalha em torno das imagens religiosas que ocorreu entre os séculos VIII e IX, em Bizâncio, com término somente no ano de 843, sob o comando da imperatriz Teodora, a armênia (842-855), no evento que ficou conhecido como o *Triunfo da Ortodoxia*^x. Essa batalha teve uma pausa em 787, com o primeiro restabelecimento do culto das imagens pela imperatriz ateniense Irene (780-789), com o retorno do iconoclasmo alguns anos depois, em 815, sendo o restabelecimento definitivo do culto das imagens, somente em 843.

A princípio, essa batalha contra os ícones surgiu como forma de purificar o cristianismo da idolatria daqueles que veneravam as imagens, pois, no que concerne à sociedade bizantina, temos no culto às imagens e relíquias o mais intenso veículo de transmissão da religião Ortodoxa, já que esses objetos eram apresentados como milagrosos e protetores do império e dos bizantinos. Além disso, os ícones eram usados ainda como caráter pedagógico, como no caso, por exemplo, da famosa imagem do Cristo Pantocrator que podia ser encontrada nas cúpulas centrais de todas as igrejas bizantinas, como forma de vigiar o fiel,

todos seus passos e ações, através do seu “Olho da Justiça”, ou seja, o olho de Deus que tudo vê. Assim, na falta de uma população letrada temos no uso das imagens um dos meios mais eficazes de ensinamento do dever cristão. Porém, a partir de uma análise mais profunda do fenômeno, é possível perceber que as razões que levaram à eclosão da iconoclastia vão muito além das razões religiosas, como veremos a seguir.

Georg Ostrogorsky^{xi} vê como possibilidade para o início do iconoclasmo as influências semitas que o imperador Leão III poderia ter sofrido, visto que, as outras duas religiões do livro, o Islamismo e o Judaísmo, diferentemente do Cristianismo, não eram adeptas das representações. Assim, o iconoclasmo teria surgido como uma forma de obter para a religião uma “espiritualidade pura”. Entretanto, o autor não descarta motivações também políticas, afirmando que os imperadores iconoclastas viam na crescente riqueza e prestígio do setor monástico bizantino um problema, o que teria levado a uma violenta perseguição aos monges e a destruição dos mosteiros por estes abrigarem relíquias e ícones. Além disso, Ostrogorsky vê também essa política iconoclasta como uma forma do poder imperial submeter a Igreja ao seu poder.

Assim como Ostrogorsky que via a política iconoclasta como um movimento antimonástico, Charles Diehl^{xii} também afirma que havia no período uma tentativa por parte dos monges de libertar a Igreja do poder imperial. Nessa mesma linha, Hilário Franco Júnior e Ruy de Oliveira Filho^{xiii} além de afirmarem que os imperadores iconoclastas viam o setor monacal como seu adversário, afirmam também que o problema com os monges vinha do fato de que os mosteiros tiravam jovens dos serviços que deveriam ser prestados ao Estado, tais como soldados, marinheiros, que acabavam por preferir a vida monástica a correr riscos em batalhas em prol da defesa do Império. Já Steven Runciman^{xiv} afirma que a origem Síria de Leão III teria o influenciado, devido ao fato de que a população dessa região tinha uma verdadeira aversão aos ícones e seu culto.

Seguindo essa linha, Paul Lemerle^{xv} também aponta para fatores políticos e religiosos como causa para a eclosão da iconoclastia em Bizâncio. Em relação aos fatores religiosos, o autor afirma que havia a necessidade da religião cristã se purificar daquilo que os imperadores iconoclastas acreditavam beirar ao paganismo, uma vez que, as imagens e o culto às mesmas não se encontravam nas origens do cristianismo. Já em relação às questões políticas, além de afirmar, assim como os outros autores já citados, que o iconoclasmo teria eclodido devido aos

problemas relativos ao monacato. Lemerle afirma que havia também uma tentativa de evitar que a população anicônica do Império fosse seduzida pelo Islamismo.

Franz Maier^{xvi} que também relaciona a iconoclastia aos monges defende também que o seu início estaria relacionado com a questão referente à estabilidade do Império, posto que, o apoio à nova política de Leão III contra as imagens existia onde havia uma ameaça de invasão territorial por parte dos árabes. O autor cita a região da Grécia como exemplo, afirmando que a população da mesma não teria apoiado a política iconoclasta em decorrência do baixo risco de invasão que essa região sofria. Maier ainda afirma que a importância do iconoclasmo estava no forte governo imperial, no controle deste último sobre a Igreja e na organização das finanças, apesar das perdas territoriais na segunda fase da querela das imagens.

Diferentemente dos autores citados acima, Alain Besançon^{xvii} é o único que atribui o início da iconoclastia a causas puramente religiosas, afirmando que os imperadores iconoclastas se apoiaram na citação Bíblica do Antigo Testamento^{xviii}, na qual proibiu-se a produção e uso de imagens, na busca da “tradição verdadeira”, ou seja, na busca à origem do cristianismo, na qual não haviam representações. O autor afirma ainda que os imperadores iconoclastas tinham como objetivo o fim da idolatria que era considerada uma grande heresia.

Percebemos assim entre os autores analisado até aqui, que se referem a uma historiografia mais clássica, posto que, escreveram sobre assunto entre as décadas de 1960 à década de 1990, que a maioria atribui ao início do iconoclasmo tanto questões políticas que envolvem o poder imperial e o monacato quanto questões religiosas que envolvem a ascensão do islã e uma forma de purificação do cristianismo. Porém, veremos a seguir, no que se refere a uma historiografia mais recente, ou seja, autores que publicaram a partir dos anos 2000, que nos fornecem outras perspectivas acerca do fenômeno, que também se referem a razões políticas e religiosas, no intuito de tentar compreender o que ainda não ficou claro sobre o período.

Jonathan Shepard^{xix} assim como Maier acredita que a iconoclastia deve se entendida enquanto uma forma de luta para garantir a sobrevivência do Império, pois a mesma entrou em vigor justamente numa época na qual a idolatria se espalhava por todo o Império. Para o autor, a política de Leão III seria, assim, uma forma de proibir e abolir a idolatria, o que induziria a Deus a conceder vitórias contra os inimigos, o que acabou por acontecer no período. Dessa forma, o sucesso sobre as invasões árabes aconteceu justamente quando se proibiu o culto das imagens, o que foi visto como uma recompensa de Deus. Shepard

confirma sua tese ainda, com o fato de que quando se restabeleceu pela primeira vez o culto das imagens, em 787, o Império Bizantino acabou por passar por diversas derrotas militares, e que o retorno da iconoclastia em 815 coincidiu com seguidas vitórias contra os búlgaros.

Apesar de concordar com a questão da idolatria como fator para o início do iconoclasmo, Robin Cormack^{xx} segue outra linha, na qual defende que a eclosão da iconoclastia seria uma resposta às circunstâncias relativas à situação política de Bizâncio no século VIII, devido à ascensão do islamismo e das invasões árabes. Nessa mesma linha, Michel Angold^{xxi} acredita que Leão III via o Império Bizantino como uma comunidade que seria uma nova Israel, na qual somente conseguiria se equiparar à força adquirida pelo islã, através de uma retomada das raízes cristãs do Antigo Testamento. Para o autor, por trás da política iconoclasta havia um reconhecimento do grande sucesso islâmico.

Já Timothy Gregory^{xxii} defende que o iconoclasmo era uma tendência do poder autocrático do imperador, que considerado como o representante de Deus na terra, teria iniciado essa luta contra os ícones, por sentir que Deus estava punindo todo o império, devido à idolatria que era considerada uma grave heresia. Dessa forma, a falha de Bizâncio contra as invasões árabes teria sido uma resposta de Deus aos idolatras. Entretanto, para o autor, a tese mais convincente para o início da iconoclastia seria a crença do próprio imperador, que como tal, via-se com uma responsabilidade para com Deus e seus súditos no ensino da prática religiosa correta.

Renato Viana Boy^{xxiii} também é um autor que defende a oposição aos monges e a defesa territorial, devido às sucessivas invasões árabes, como causas para a eclosão da iconoclastia. Porém, chama a atenção também para a questão da legitimidade do ícone de Cristo e do seu culto, já que o mesmo foi o alvo central da política iconoclasta. Por último, temos John Haldon^{xxiv}, que diferentemente de todos os autores citados acima, defende que a questão antimonástica não procede, pois, há provas de que muitos monastérios eram a favor da iconoclastia e foram recompensados por isso. Para Haldon, o iconoclasmo pode ser considerado um fenômeno de cunho totalmente imperial e de defesa e legitimidade deste poder, do que, propriamente, um fenômeno ligado à questão teológica e de dogma, devido à pouca importância que se dava à opinião popular.

Cabe salientar ainda, qual teria sido a posição do Ocidente frente à crise iconoclasta. Segundo Lucy Bajjani^{xxv}, o ponto de vista ocidental pode ser encontrado no documento intitulado *Libri Carolini*, que teria sido escrito em nome do rei Carlos Magno, no qual, em um

primeiro momento, que coincide com a primeira fase iconoclasta, os francos teriam apoiado Roma condenando a iconoclastia, uma vez que, o Papa era completamente contra a política de Leão III. Porém, em um segundo momento, os francos teriam passado a se colocar contra as imagens através do documento citado acima, no qual diziam que as imagens não deveriam ser cultuadas e tão pouco destruídas. Esse documento é considerado um tratado político, em razão de que se colocava no centro das relações entre os imperadores orientais e francos, mas, também, entre as relações entre esses dois primeiros e Roma.

Percebemos, assim, que os três principais poderes bizantinos – imperial, patriarcal e monástico - estavam envolvidos na eclosão da iconoclastia e que todos os autores trabalham em suas obras a partir dos mesmos e, principalmente, sobre o poder autocrático do imperador, que como vimos, é a principal marca dessa civilização. Além disso, é preciso salientar que independente das diferentes razões atribuídas ao início do iconoclasmo, todas perpassam pela figura do imperador, uma vez que, o mesmo como o *autokrátor* instaurou a iconoclastia de acordo com os seus ideais, sem prestar contas ao restante do Império. Além disso, é possível ainda perceber a força da influência cristã no poder imperial, o que o tornava ainda mais forte, pois, o imperador enquanto o *vice-rei de Deus* na terra tornava-se ainda mais respeitável e importante nessa sociedade, o que tornava difícil alguma reação sobre as suas decisões. Isso pode ser visto, principalmente, no que concerne à imagem do imperador, que ao contrário das imagens de Cristo, da Virgem e dos santos, continuaram sendo veiculadas no Império durante o período iconoclasta.

Entretanto, Michel Foucault^{xxvi} salienta a importância de se estudar o *poder* não somente a partir do poder real como é feito desde a Idade Média nas sociedades ocidentais e em Bizâncio como vimos acima, mas também e, principalmente, a partir dos chamados *corpos periféricos*, o povo, que é o que dá legitimidade a esse poder. Para o autor, o poder deve ser analisado como algo que funciona em cadeia, visto que, os indivíduos circulam e estão sempre em posição de exercer o poder e de sofrer a ação do mesmo, sendo o centro de sua transmissão.

Porém, no que se refere ao poder em Bizâncio no correr da querela das imagens, isso não é possível, posto que, as fontes que sobreviveram desse período são escassas e põe em evidência apenas os principais poderes que dominam o Império, ou seja, os poderes imperial, monástico e patriarcal, o que nos impede de compreender qual teria sido a posição da população comum bizantina acerca da política iconoclasta implementada por Leão III. Cabe

salientar ainda, que no que se refere à opinião popular em Bizâncio, independente da mesma ter sido favorável ou contrária à implantação da iconoclastia, pouco importava, uma vez que, o imperador enquanto o *autokrátor* detinha o poder de decisão. Isso pode ser visto, principalmente, no que concerne à defesa do culto das imagens, que foi feita por dois monges e pela Igreja em geral, outros dois importantes poderes do Império Bizantino.

Assim, é possível perceber também que o iconoclasmo não só trouxe consequências para a situação política e religiosa de todo o Império Bizantino, mas, principalmente, para a relação entre os principais poderes que o compunham, uma vez que a Igreja não concordava com sua adoção pelo imperador. Além disso, os monges, grandes defensores das imagens, tiveram seus bens cassados e foram perseguidos duramente durante o período, fazendo com que sua relação com os imperadores iconoclastas fosse também abalada. Não menos importante temos ainda o cisma causado pela crise entre as Igrejas de Roma e de Constantinopla, uma vez que Roma também não concordava com as decisões imperiais bizantinas contrária às imagens.

1730

Considerações finais

A partir da análise da constituição do poder imperial no Oriente foi possível perceber a influência do mesmo não só nos assuntos administrativos do Império, mas também em assuntos religiosos, devido à marca cristã na sua constituição que o fez ainda mais forte perante aos outros também importantes poderes (patriarcal e monacal) no interior de Bizâncio.

No que concerne à iconoclastia, há ainda entre os pesquisadores de Bizâncio, uma enorme discussão acerca do que teria levado o imperador Leão III a dar início à mesma no século VIII. Porém, nos é clara a influência que o poder imperial e sua forte marca cristã tiveram sobre a crise iconoclasta, entendendo assim que, a mesma apesar de ter sido vista, primeiramente, enquanto um problema religioso, iniciou-se a partir de uma ordem imperial, e aos poucos, manifestou-se como um problema também político, mostrando, assim, o caráter indissociável das relações entre Igreja e Estado.

Referências bibliográficas

- ANGOLD, Michael. *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Tradução: Alda Porto Santos. Rio de Janeiro: Imago, 2002. pp. 68-86.
- BAJJANI, Lucy Cavallini. *Estudo dos 'Libri Carolini': uma contribuição para o estatuto da imagem na Idade Média*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/ USP, 2009.
- BESANÇON, Alain. *A imagem proibida*. Uma história intelectual da Iconoclastia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. Êxodo: 20:3, 4.
- BOY, Renato Viana. *A Querela Iconoclasta: uma disputa em torno dos ícones no Império Bizantino- 726-843*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.
- CORMACK, Robin. *Chapter III. Art and Iconoclasm*. In: CORMACK, Robin; HALDON, John; JEFFREYS, Elizabeth (Edited by). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- DIEHL, Charles. *Os grandes problemas da história bizantina*. São Paulo: Editora das Américas, 1961. Cap. V e VI.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 179-193.
- GREGORY, Timothy E. *A History of Byzantium*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. Cap. 5.
- HALDON, John. *Iconoclasia en Bizancio: mitos y realidades*. Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna, Buenos Aires, v. 42, 2010.
- JUNIOR, Hilário Franco; e FILHO, Ruy de Oliveira Andrade. *O Império Bizantino*. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção "Tudo é História". Pp. 12-31.
- KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 40-169.
- KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. New York – Oxford: Oxford University Press, 1991, 2 vol. Vol. 2.
- KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. New York – Oxford: Oxford University Press, 1991, 3 vol. Vol. 3.
- LEMERLE, Paul. *História de Bizâncio*. Tradução: Marilene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MAIER, Franz Georg. *Bizâncio*. México: Siglo Veintiuno, 1986. Seção 2.

OSTROGORSKY, Georg. *Historia Del Estado Bizantino*. Tradução de Javier Facci. Madri: Akal, 1984. pp. 157-216.

PREVITE-ORTON, C. W. *Historia Del mundo em La Edad Media*. Barcelona: Editorial Ramón Sopena, 1967. p. 349.

RUNCIMAN, Steven. *A Teocracia Bizantina*. Tradução: Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SHEPARD, Jonathan. *The Cambridge History of The Byzantine Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SHERRARD, Philip e os redatores dos livros “Time-Life”. A Instituição Sagrada. In: SHERRARD, P. *Bizâncio*. Trad. José Laurêncio de Melo. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1970. Cap. 5. pp. 92-112.

TAVEIRA, Celso. *O modelo político da autocracia Bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. Tese de doutorado. USP: 2002.

i Trabalho apresentado no XIV Simpósio Nacional da ABHR, Juiz de Fora, abril de 2015.

ii As definições tanto do termo “Iconófilo” quanto do termo “Iconoclasta” utilizados foram retirados de: KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. New York – Oxford: Oxford University Press, 1991, 2 vol. Vol. 2.

iii A única exceção é o imperador Juliano 363-465 que era pagão.

iv SHERRARD, Philip e os redatores dos livros “Time-Life”. A Instituição Sagrada. In: SHERRARD, P. *Bizâncio*. Trad. José Laurêncio de Melo. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1970. Cap. 5. p. 92-112.

v Apesar de adotar a conversão de Constantino como marco para o início da cristianização do Império Bizantino, Philip Sherrard chama a atenção para o fato de que Constantino só teria mesmo se batizado como cristão no seu leito de morte, vinte e cinco anos depois da revelação que recebeu. É preciso chamar atenção para essa questão, visto que a conversão de Constantino não tem comprovação histórica.

vi TAVEIRA, Celso. *O modelo político da autocracia Bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. Tese de doutorado. USP: 2002.

vii PREVITE-ORTON, C. W. *Historia Del mundo em La Edad Media*. Barcelona: Editorial Ramón Sopena, 1967. p. 349.

viii Essa expressão pode ser encontrada in: JUNIOR, Hilário Franco; e FILHO, Ruy de Oliveira Andrade. *O Império Bizantino*. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção “Tudo é História”. Pp. 12-31.

ix Cabe ressaltar que Taveira faz a discussão em torno do significado de “cesaropapismo” a partir dos estudos de Gilbert Dragon in: DRAGON, Gilbert. *Empereur et prêtre. Études sur Le “césaropapisme” byzantin*. Paris: Éditions Gallimard, 1996. 435p., col. Bibliothèque des Histories.

x Conhecido também como o “Domingo da Ortodoxia”, o dia 11 de março de 843 ficou marcado como o dia da condenação oficial da Iconoclastia, no qual, em uma procissão solene, o documento intitulado “Sinodykon da Ortodoxia”, foi depositado no altar da Igreja de Santa Sofia, em Constantinopla. No então documento, há uma lista de anátemas contra os hereges, particularmente, os líderes iconoclastas, além de outros fundadores de correntes heréticas. Todos os anos no dia 11 de março é comemorado o “Triunfo da Ortodoxia”.

KAZHDAN, Alexander P. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. New York – Oxford: Oxford University Press, 1991, 3º vol.

xi OSTROGORSKY, Georg. *Historia Del Estado Bizantino*. Tradução de Javier Facci. Madri: Akal, 1984. pp. 157-216.

xii DIEHL, Charles. *Os grandes problemas da história bizantina*. São Paulo: Editora das Américas, 1961. Cap. V e VI.

xiii JUNIOR, Hilário Franco; e FILHO, Ruy de Oliveira Andrade. *O Império Bizantino*. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção “Tudo é História”. Pp. 12-31.

xiv RUNCIMAN, Steven. *A Teocracia Bizantina*. Tradução: Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

xv LEMERLE, Paul. *História de Bizâncio*. Tradução: Marilene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

xvi MAIER, Franz Georg. *Bizâncio*. México: Siglo Veintiuno, 1986. Seção 2.

xvii BESANÇON, Alain. *A imagem proibida*. Uma história intelectual da Iconoclastia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

xviii “Não tenha outros deuses diante de mim. Não faça para você ídolos, nenhuma representação daquilo que existe no céu e na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra”. In: BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990. ÊXODO 20:3, 4.

xix SHEPARD, Jonathan. *The Cambridge History of The Byzantine Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

xx CORMACK, Robin. *Chapter III. Art and Iconoclasm*. In: CORMACK, Robin; HALDON, John; JEFFREYS, Elizabeth (Edited by). *The Oxford Handbook of Byzantine Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

xxi ANGOLD, Michael. *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Tradução: Alda Porto Santos. Rio de Janeiro: Imago, 2002. pp. 68-86.

xxii GREGORY, Timothy E. *A History of Byzantium*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. Cap. 5.

xxiii BOY, Renato Viana. *A Querela Iconoclasta: uma disputa em torno dos ícones no Império Bizantino- 726-843*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

xxiv HALDON, John. *Iconoclasia en Bizancio: mitos y realidades*. Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna, Buenos Aires, v. 42, 2010.

xxv BAJJANI, Lucy Cavallini. *Estudo dos ‘Libri Carolini’: uma contribuição para o estatuto da imagem na Idade Média*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/ USP, 2009.

xxvi FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 179-193.